

**MUSEU DO CAFÉ E O PATRIMÔNIO AGRO-
INDUSTRIAL: DA PRESERVAÇÃO DE
MONUMENTO A NOVO PROJETO DE MUSEU**

Clara Versiani dos Anjos Prado

claraversiani@museudocafe.com.br

Vera Lucia Nagib Bittencourt

vera.bitten@gmail.com

MUSEU DO CAFÉ – SANTOS - SP

Lívia Lara da Cruz

livia@expomus.com.br

EXPOMUS, BRASIL

Museu do Café e o patrimônio agro-industrial

Da preservação de monumento a novo projeto de museu

Resumo

A transição do Museu do Café de lugar de preservação de edifício-monumento, para lugar de memória viva e dinâmica é assunto deste artigo. Surgido em 1998, dentro de um contexto de revitalização do centro histórico, como estratégia para preservação de patrimônio edificado, o Museu do Café, abrigado na Bolsa Oficial do Café, edifício símbolo da importância da atividade cafeeira da primeira metade do século e parte integrante do patrimônio agroindustrial brasileiro, atualiza sua função museológica através de um novo projeto. Partindo de objetivos elaborados pelas equipes do Museu e da empresa contratada para a realização do novo plano museológico e museográfico, o Museu do Café, abrigado no “Palácio do Café”, busca sua constituição como equipamento que efetivamente dialogue com a comunidade global, garantindo o direito à memória através da atuação cultural.

Palavras-Chave: Museu do Café; Preservação; Monumento; Atuação Cultural.

1. A musealização como estratégia de preservação de patrimônio edificado

No final dos anos 90, em diálogo com iniciativas de recuperação de centros históricos, Santos vivenciou intenso debate em torno de um conjunto arquitetônico, gerado no início do século XX, identificado então como o “centro” da cidade. Tratava-se, assim, de conciliar políticas públicas com movimentos da sociedade civil com o objetivo de buscar soluções que pudessem requalificar espaços e edificações. Neste contexto, destacou-se movimento voltado para a preservação do edifício da Bolsa Oficial do Café, entendido como símbolo e referência tanto da pujante atividade cafeeira acolhida na cidade, em função de seu Porto, como da importância do café enquanto expressão de uma “brasilidade”, traduzida em hábitos e maneiras de sentir e viver. A questão fundamental estava na deterioração crescente do edifício, inaugurado em 1922, por ocasião dos festejos do Centenário da Independência, que, paulatinamente, veio perdendo sua atuação e desvinculando-se das relações com o comércio cafeeiro. Assim, ao final dos anos 90, um dossiê, fruto de trabalho meticuloso tanto de organizações da sociedade civil como de grupos técnicos vinculados à preservação de patrimônio histórico e arquitetônico, chegou às mãos do então governador Mário Covas. Amplamente documentado por fotos, o documento não só apontava a precariedade de conservação do edifício como trazia estimativa do montante necessário para recuperá-lo minimamente. Após intensas negociações, chegou-se ao entendimento de que a restauração exigia uma contrapartida, expressa em novo uso. Desta forma, coube ao governo do estado liderar os investimentos em torno da requalificação do edifício desde que forças locais se ocupassem de desenvolver iniciativas que garantissem a “preservação pelo uso”, ou seja, buscassem a alocação no prédio da Bolsa Oficial do Café, de um Museu, capaz de acolher a memória cafeeira e dialogar com as novas gerações, devolvendo aos santistas e brasileiros elementos fundamentais para o entendimento de sua própria história. Naquele momento, passou-se a buscar um projeto museológico que, além de garantir a preservação do edifício/ monumento restaurado, cumprisse a missão do presente em legar às futuras gerações o que havia recebido do passado. Um interessante jogo entre memória/história; preservação/identidade; presente/passado/futuro.

A memória, assim, era entendida como parte constitutiva de nossa identidade. “Somos a nossa memória”, afirma Borges (2001: p. 26.). E a memória, assim como o que somos, está sujeita a mudança permanente à dialética “da lembrança e do esquecimento, sendo ela um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p.9). A memória como lembrança se traduz no monumento. Este, como demonstra Castriota (2009: p. 62) a partir de Reigl e Choay, existe em praticamente todas as culturas como evocação de uma lembrança, tocando pela emoção como “memória viva”, um passado que pode ser revivido.

No entanto, na modernidade, tal noção de “monumento” é substituída pela de “monumento histórico”, ligada a uma concepção de tempo e de história linear e irreversível, demandando para o conhecimento do passado erudição e sensibilidade artística (CASTRIOTA, 2009: p. 62-63). Tal concepção de tempo e de história de monumento, da qual decorrerá todo um modelo de preservação do patrimônio, subjaz a noção de museu como “um espaço digno de ser freqüentado, amado, reverenciado” (BOURDIEU; DARBEL, 2007: p. 164).

O edifício da Bolsa Oficial, inaugurado em momento emblemático da História do Brasil e de São Paulo, ainda que ligado à atividade comercial, havia sido levantado em movimento sustentado por, muito provavelmente, uma das mais importantes atividades agroindustriais desenvolvida em nosso país – a cafeicultura.

2. Atualização da função museológica: da preservação à atuação cultural.

Nesse contexto, é interessante observar o papel duplo ocupado pelo Museu do Café. Abrigado num edifício-monumento, digno de toda reverência e admiração numa concepção linear de patrimônio, o Museu deve preservar também parte da memória e da história agroindustrial do café. Contrastam, portanto, no Museu, a imponência do edifício e o que se constitui como seu acervo. O piso em mármore, o vitral, o mobiliário em madeira nobre, o tríptico de Benedito Calixto, as amplas portas e o altíssimo pé direito convivem com moedores, balanças, mobiliário de escritório, cabines telefônicas, pilões, livros de corretores, documentos que tratam da rotina do trabalho na produção e comércio de café.

Combinar esse duplo papel do Museu do Café, o da preservação do patrimônio “reverenciado e sacralizado” e, por outro lado, o desenvolvimento de estratégias educativas e culturais, tendo como objeto um conjunto de referenciais, materiais e imateriais, relacionados com o “ato de beber café”, quer sejam, a pesquisa, a produção, a distribuição e comercialização e hábitos de consumo, além do impacto econômico e a dimensão histórica da agroindústria do café constitui desafio que justifica grande esforço, traduzido na busca de novos objetivos para a instituição assim como na reconfiguração de suas missão e valores.

Além deste desafio há um outro, que se impõe a todo e qualquer equipamento cultural na “pós-modernidade”, quando um outro sentido de patrimônio, muito mais amplo, começa a ter lugar, e a sua “apropriação” pelo público percebida como necessidade no processo de construção da identidade social. Para que haja a identificação é necessária a dessacralização, ressignificação ou re-uso daquilo que se vê, ou que se visita, ou que se pretende conhecer.

Portanto, para o caso do edifício-monumento que abriga o Museu do Café, a primeira tarefa seria “dessacralizar” o espaço, possibilitar o seu “re-uso”, permitindo ao visitante, “ressignificá-lo”, apropriando-se dele.(AGAMBEN, 2007: p. 67.). Já para o caso de seu acervo, composto essencialmente por elementos que, numa noção ainda bastante presente, pertenceriam ao “mundo do trabalho” , da sobrevivência, portanto destituídos de valor cultural e artístico, o esforço parece ser o de acentuar a relevância deste patrimônio, revesti-lo de importância e ao mesmo tempo dessacralizá-lo, mantendo, portanto, o “direito à memória” das gerações seguintes e a sua possibilidade de “ser”.

No bojo do novo plano museológico e museográfico do Museu do Café, a manutenção de tal “direito” foi entendida como, principalmente, a constituição do Museu como um lugar permanente de preservação e mediação para divulgação de um certo conhecimento, ou de um conhecimento ligado a um certo patrimônio que se entende como parte integrante da constituição de identidades não só da cidade de Santos, nem só do estado de São Paulo, mas do Brasil e do mundo.

Surgido há doze anos, num contexto de revitalização do Centro Histórico de Santos, o Museu do Café tem sua história novamente relacionada às transformações pelas quais passa a cidade impulsionada pela construção da nova sede da Petrobrás e pela expansão de seu porto. A obra de expansão do porto, que já é o maior da América Latina, será orientada para absorver movimentações de carga três vezes maiores que as atuais, no prazo de até 15 anos.

3. A Bolsa Oficial de Café de Santos

Criada pela lei 1.416 de 14 de julho de 1914, embora definitivamente instalada em 2 de maio de 1917, uma das funções principais da Bolsa era funcionar como um ‘freio regulador’ dos negócios a termo, e, o mais importante para o governo, atentar para o aspecto especulativo desse tipo de negócio.¹

No regulamento de funcionamento da Bolsa, datado de 1927, sua missão institucional é assim determinada:

Art. 1º. – A Bolsa Oficial de Café de Santos é a instituição criada pela lei 1416 de 14 de julho de 1914 para o fim de promover o desenvolvimento e facilitar o comércio de café, mantendo o edifício com instalações apropriadas para nelle se encontrarem todas as informações referentes a esse commercio e nelle se realizarem as operações de compra e venda de café a termo.

Com a criação dessa instituição, seria possível controlar de maneira mais eficiente os negócios com o principal produto paulista, tirando-lhe ou atenuando o seu caráter especulativo e avaliar mais corretamente o

¹ O mercado a termo, que consistia em entregas futuras de café, sempre fora passível de especulação por meio de operações com café fictício, cujo objetivo era a baixa do preço, com evidentes conseqüências para a receita do Estado.

montante de impostos a ser recolhido. Segundo Perissinoto, “a Bolsa Oficial de Café foi a primeira grande intervenção do estado paulista com o objetivo de regular mais ostensivamente o comércio do produto responsável pela sua estabilidade financeira e base de arrecadação tributária” (1999: p. 156).

A necessidade de se organizar uma Bolsa Oficial de Café no estado de São Paulo já era referenciada nas sessões da Câmara dos Deputados em 1906. O parlamentar Herculano de Freitas, ligado ao Partido Republicano Paulista, justificava-se nos seguintes termos:

somos, incontestavelmente, o maior produtor do mundo nesse gênero, e parece esquisito que, à revelia de uma boa organização comercial, se façam todas as negociações desse gênero, quando em toda a parte do mundo se procura policiar as transações de comércio relativas aos grandes produtos de consumo ou de especulação (in Ata da Câmara dos Deputados, 1906, p. 440 *apud* PERISSINOTO, 1999: p. 157).

O deputado propôs um projeto de criação de duas câmaras sindicais de café, uma em Santos e outra em São Paulo, cujas funções principais seriam: verificação dos preços, estabelecimento da base real das transações do dia, averiguação da qualidade e da quantidade do café vendido, realização de estatísticas diárias da entrada e saída do produto com o objetivo de determinar claramente os diferentes tipos oficiais de café e regular a investidura e o exercício dos corretores de café e as respectivas operações das câmaras sindicais, podendo suspender por até seis meses, destituir do cargo ou multar os corretores infratores (in Ata da Câmara dos Deputados, 1906, p. 440 *apud* PERISSINOTO, 1999: p. 158).

A discussão desse projeto só foi seriamente retomada em 1914, com os deputados criticando a desorganização do comércio de café em Santos e dizendo que o ponto fraco da região era não estar preparada para enfrentar os violentos embates comerciais levados a efeito pela especulação. Antônio Lobo referia-se à especulação como realizadora de “negócios fantásticos”, influenciando negativamente na “riqueza pública e privada”:

se é verdade que o comércio deve ser livre, todas as liberdades têm, entretanto, um limite intransponível – os direitos e interesses alheios, e sobretudo o interesse geral da coletividade. A liberdade comercial dos que pretendem transformar nosso mercado de café em casa de jogo ofende profundamente interesses fundamentais da Fazenda pública e privada. Ao Estado assiste, portanto, o incontestável direito de regularizar essa situação (in Ata da Câmara dos Deputados, 1906, p. 440 *apud* PERISSINOTO, 1999: p. 160).

Em 2 de julho de 1914, o projeto foi aprovado na Câmara e depois no Senado, com algumas modificações em relação ao texto original, como por exemplo a localização da Bolsa, agora restrita apenas à cidade de Santos. À Câmara Sindical, dentre outras atribuições cabia o dever de organizar o regimento da Bolsa e fiscalizar a execução das leis, regulamentos e instruções do governo referentes a ela e ao seu funcionamento.

A lei confirmou o caráter oficial da Bolsa de Café ao rezar que só os contratos de compra e venda a termo lavrados por seus corretores (isto é, oficiais) seriam válidos. O seu caráter oficial também ficava

evidente na formação de sua direção (composta por quatro membros escolhidos anualmente pela assembléia geral dos corretores de café e um membro nomeado pelo governo dentre os corretores ou comerciantes da praça de Santos) e na criação de uma comissão de peritos oficiais para fazer a avaliação e a classificação do café.

Quando a Bolsa foi instalada, eram 14 os corretores e, na inauguração do edifício, esse número havia subido para 57. Embora não houvesse limite numérico para a classe, as condições exigidas dos candidatos, entre elas uma fiança de vinte contos de réis (quantia equivalente, na época, ao primeiro prêmio da loteria federal), barravam o acesso dos interessados.

A Bolsa funcionava durante a semana a partir das dez e meia, quando os corretores oficiais reuniam-se no edifício para acompanhar a abertura da sessão pelo presidente ou o síndico por ele designado para iniciar as operações de café. A abertura consistia em um toque de campainha e a declaração em voz alta do início dos trabalhos. Dada a hora da cotação oficial, os corretores começavam a propor em voz alta as operações que desejavam efetuar, devendo especificar as condições e prazo em que deviam ser baseadas. Quando um corretor aceitava a proposta apregoada, fechava-se a operação. Os corretores inscreviam nos seus cadernos os negócios realizados e trocavam notas assinadas, consignando todas as condições da operação que haviam efetuado. Às três e meia da tarde, o processo era repetido. As cotações eram imediatamente afixadas em boletins, com suas respectivas horas. Aos sábados havia apenas uma cotação.

4. O edifício da Bolsa

Os edifícios são parte importante de uma cultura e expressam materialmente os poderes constituídos, as aspirações, crenças, instituições e habilidades humanas; à medida que estas mudam, enquanto os edifícios permanecem, é possível que as gerações seguintes possam entender certos aspectos de seu passado. No decurso de sua execução, o edifício da Bolsa de Santos adquiriu – ou acentuou – um caráter ostentatório da importância social, poder político e força econômica dos setores ligados ao café.

Desde a sua criação, a Bolsa de Café de Santos manteve um estreito vínculo com o Governo do estado de São Paulo. A Lei que a instituiu, de 14 de julho de 1914, determinou a indicação de seu presidente pelo Estado e autorizou o Tesouro a aportar os recursos necessários à sua instalação e ao custeio de suas despesas iniciais de manutenção.

O funcionamento da Bolsa, autorizado pelo Decreto Estadual no. 2797 de 28 de abril de 1917, teve início em um salão alugado na parte térrea de um edifício situado na esquina da rua Quinze de Novembro com rua Santo Antônio (atual rua do Comércio). O aumento da demanda de trabalho impôs a construção de um prédio de grandes proporções, que atendesse aos ofícios relacionados ao mercado do café. Um empréstimo

de 500 contos de réis, contraído pelo Governo Estadual através da Secretaria da Fazenda, deu início às obras de construção do “Palácio do Café”, sede da Bolsa do Café de Santos.

De acordo com Ceva,

Na época, qualquer edifício importante que se fizesse por aqui, com algum requinte técnico ou ornamental, exigia a presença de mestre-de-obra e artesãos vindos da península; eles, que exerciam sua arte diretamente nos canteiros, às vezes eram acompanhados de arquitetos, e todos em conjunto contribuíram não só para a técnica construtiva, mas também influíram na concepção arquitetônica dos projetos. Será por isso que alguns encontram um tom renascentista no edifício? Talvez não seja o caso, já que a lenda evoca um projeto francês ou suíço, premiado em Paris no início do século, enquanto outros falam num arquiteto belga (...) (1998: p. 6).

O construtor do edifício, Roberto Cocrane Simonsen faz constar como autores das plantas originais os arquitetos da Companhia Construtora de Santos, firma que ele comandava e que pode ser considerada a primeira construtora genuinamente brasileira, fundada em 1912.

O local escolhido para a construção da nova sede era bem próximo ao da primeira, em amplo terreno junto ao porto. Com vista para as ruas Tuiuti, Frei Gaspar e Quinze de Novembro, o lugar da futura Bolsa possuía atributos visuais e comerciais privilegiados na geografia de Santos.

Em 1922, as obras da sede própria da Bolsa foram concluídas e a instituição foi transferida para o “palácio” da rua Quinze de Novembro. A Bolsa Oficial do Café, em Santos, traduzia-se como arquitetura típica do ecletismo que caracterizou as mais importantes obras do período. Sua inauguração encerrava o evento das comemorações do Centenário de Independência em São Paulo, incentivadas pessoalmente pelo presidente Washington Luís, cujas aspirações políticas o levaram a financiar um significativo plano de obras por todo o estado, naquilo que Barbosa denominou de “universo de construção simbólica”.

O edifício, orientado de sul para norte, era assim organizado: a base da construção, os dois primeiros pavimentos, pertencia aos órgãos oficiais: a face sul, à Bolsa de Fundos Públicos; a face norte, à Caixa de Liquidação, e o centro, à Bolsa de Café. O andar seguinte abrigava a sala dos peritos em classificação de café e os escritórios dos corretores; o último andar destinava-se ao lazer e ao convívio social, com seu restaurante e salas decoradas. Em 1924, o Clube da Bolsa, a “congregação dos corretores”, foi instalada em uma dessas salas e ali permaneceu até o fim dos anos 70, quando o edifício foi desocupado para reformas.

Essa “divisão” do edifício leva a uma questão interessante: embora fosse construtivamente uma unidade, funcionalmente não o era, pois justapunha conjuntos autônomos, descritos a seguir, a partir das observações de Márcio A. Ceva.

O conjunto principal é constituído pela Bolsa de Café propriamente dita – o pregão, o espaço de conversação, a câmara sindical, a secretaria e a sala do presidente. Uma segunda porta na rua XV de Novembro conduz à Caixa de Liquidação, que também tem uma saída exclusiva para a Praça Azevedo Júnior. Os elevadores e as escadarias da rua Frei Gaspar, a norte e a sul do átrio, conduzem à galeria do pregão e aos andares superiores. A intenção de segregar os fluxos de circulação aparece já na memória inicial do edifício, e isso se dá de maneira mais efetiva no terceiro andar, onde há farta distribuição de escadas para vencer os desníveis da cobertura que virou piso, e o tortuoso caminho até a torre, uma atração que deveria ser facilmente acessível.

Ao longo do período em que a Bolsa permaneceu desempenhando suas funções originais, o Governo do Estado esteve sempre presente, seja aportando recursos para operações de compra de safras que visavam sustentar os preços, seja financiando reformas e reparos, seja, ainda, tomando decisões conjuntas sobre a suspensão ou manutenção de suas atividades de acordo com a conjuntura econômica e política tanto no cenário nacional quanto no cenário internacional. Não obstante, a Bolsa do Café flutuava e submergia ao sabor das agitações dos negócios: após a crise internacional de 1929, e com a crescente interferência do governo federal no comércio cafeeiro, ela foi perdendo importância e foi desativada no início do Estado Novo, em 1937. Em 1942 transfigurou-se em Bolsa de Café e Mercadorias; voltou a negociar o café em 1946; parou novamente em 1957. O restaurante deixou de funcionar em 1979.

Em 1986, a Bolsa passou a fazer parte da Secretaria da Fazenda que, de 1991 em diante passou a funcionar no edifício da rua XV de Novembro, junto com repartições de outras Secretarias do Estado. Essa ocupação foi uma alternativa de tentar preservar minimamente as instalações, o que não funcionou efetivamente.

5. O Museu do Café

Segundo Ceva, a insistência na vocação do edifício para a instalação de um museu – que parecia ter emergido quando a Bolsa perdeu sua função no comércio de café, e seria talvez um paliativo para que o edifício não se destinasse para fins menos nobres – era na verdade um eco da sugestão inscrita no memorial descritivo do seu primeiro projeto; nele, a galeria do primeiro andar, debruçada sobre o pregão, tinha todas as qualidades para abrigar um “museu comercial”. Mesmo sem saber que conotações caberiam a esse termo, é instigante pensar em uma convergência de visões separadas por décadas.

O movimento para a recuperação do edifício da Bolsa Oficial de Café foi liderado pela Associação Centro Vivo – Sociedade Pró Revalorização do Centro de Santos e pela Associação Comercial de Santos. Essas instituições enviaram um dossiê realizado pelo escritório de arquitetura GEPAS ao então governador Mário Covas, mostrando as precárias condições do edifício da Bolsa, principalmente da torre do relógio, que corria o risco de desabar. Além do dossiê, eram solicitadas providências do Governo do Estado, proprietário do imóvel, em relação às reformas necessárias. O dossiê, amplamente documentado por fotos, trazia também uma estimativa do montante necessário para recuperar minimamente o edifício. Depois de mais algumas negociações, ficou acertado que o governo restauraria o edifício e solicitava que fosse implementado no espaço um museu sobre o café.

Assim, foi criado um grupo de trabalho, presidido por um representante da fazenda estadual para estudar a viabilidade de um museu no edifício e apresentar um parecer ao governador. Algumas reuniões foram feitas na Associação Comercial e o grupo deu parecer favorável à criação do Museu. Diversas lideranças do café em Santos foram contatadas e, com a assessoria de um técnico da Secretaria Estadual de Cultura, foi criada a Associação de Amigos.

Com a Associação legalmente constituída, o Estado deu andamento ao processo de cessão de uso do espaço do edifício (térreo e mezanino) à Associação dos Amigos dos Cafés do Brasil. O edifício sofreu uma reforma em 1998 e, através do decreto estadual no. 43.389, de 18 de agosto de 1998, foi concedido à nova Associação o termo de permissão de uso do edifício com o propósito bem definido de ser instituído o Museu do Café.

A Associação dos Amigos dos Cafés do Brasil é constituída pelas principais entidades de classes, torrefadores, produtores, exportadores, comerciantes, corretores e uma gama de associações, jurídicas ou não, do setor cafeeiro que acreditaram na viabilização do Museu do Café.

A partir da reforma do edifício sede da Bolsa Oficial de Café em Santos, a Associação dos Amigos dos Cafés do Brasil com o objetivo primordial de “instalar, manter, administrar e tornar nacionalmente conhecido o Museu do Café”, elaborou um primeiro projeto museológico de autoria da professora Maria Cristina Oliveira Bruno. Após aprovação do Departamento de Museus do Estado de São Paulo (atual UPPM) através do ofício DT/DEMA no. 328/2000, foi instalado o Museu no térreo e no primeiro pavimento do edifício.

Com esta aprovação, a primeira iniciativa implementada foi a Cafeteria, que se tornou uma das principais atrações turísticas do centro histórico santista. Em 22 de julho de 2000, foram inauguradas as primeiras exposições, a sala de vídeo onde os visitantes podem assistir filmes sobre café e o Centro de Preparação de Café.

Em dezembro de 2008, a Associação dos Amigos do Museu do Café, assinou contrato de gestão com a Secretaria Estadual de Cultura, o que implicou em aporte significativo de recursos, assumindo portanto novos compromissos e maior profissionalização na administração do Museu.

6. Objetivos do Museu do Café

Para responder aos desafios impostos por suas próprias características e também para responder àqueles determinados por uma outra concepção de patrimônio, memória e história e um outro contexto histórico e econômico, no desenvolvimento de seu novo plano museológico e museográfico, iniciado em 2010, foram estabelecidos como objetivos do Museu do Café os seguintes:

- Levantar e reunir documentação textual, iconográfica, audiovisual e digital referente ao desenvolvimento da cafeicultura, em suas diferentes dimensões: política, econômica e cultural;
- Identificar e digitalizar documentos, obras, teses e dissertações que tratem do tema café;
- Formatar banco de dados com acesso interno e acesso externo;
- Investir na biblioteca especializada em café;
- Contratar parcerias com universidades e institutos de pesquisa para a classificação e estudo da documentação reunida;
- Desenvolver e implementar formas de colaboração com outras instituições com acervos de interesse, assim como a investigação científica relativas às suas áreas de foco, tanto em nível nacional como internacional;
- Reeditar, em parceria, obras de referência sobre o café e editar estudos sobre a documentação reunida, catalogada e/ou digitalizada no Museu do Café;
- Estudar e divulgar a contribuição, para o urbanismo e a arquitetura, gerada pelo desenvolvimento da atividade cafeeira, a partir de estudo circunstanciado do edifício monumento que abriga o Museu, assim como de seu entorno;
- Apoiar e sediar projetos de pesquisa voltados para a ação educativa em museu;
- Organizar seminários de pesquisa, de âmbito nacional e internacional, que facilitem e instiguem os debates sobre as interfaces entre museus temáticos e práticas museológicas, assim como sobre estudos e reflexões sobre o café, especialmente a partir de documentação reunida no Museu;
- Estudar a relação entre cultura, ciência e cidadania por meio do patrimônio material e imaterial concernente ao café, inclusive através de parceria com institutos e órgãos ligados à ciência e meio ambiente;
- Abordar a história do comércio e da indústria do café no Brasil;
- Aplicar técnicas expositivas contemporâneas na divulgação dos estudos desenvolvidos no Museu;

- Desenvolver e impulsionar pesquisas e experiências educativas adequadas aos diferentes tipos de aprendizagem e expectativas do público, por meio da realização de projetos de mediação socioeducativa, ateliês para grupos escolares, familiares e outros;
- Aplicar políticas de democratização do acesso a equipamentos culturais de qualidade;
- Ampliar o acervo tridimensional com o apoio do Conselho de Orientação Artística e Cultural (COC).

Nota-se através dos objetivos estabelecidos a partir de processo de reflexão e discussão entre a empresa contratada para a realização do novo projeto museológico e a equipe do Museu do Café, um outro entendimento do que deve ser este museu. O que se busca construir neste momento é um equipamento cultural que efetivamente dialogue com a cidade. Que permita à comunidade, não só santista mas global, o acesso não só ao patrimônio constituído pelo edifício-monumento e seu acervo de objetos ligados ao café, mas o acesso a novas linguagens expositivas, que efetivamente explorem o “sentido imaterial do café”, apresentando um acervo que vá muito além da história desta atividade na primeira metade do século XX, posto que o café é, ainda hoje, uma das principais commodities agrícolas de exportação, o Brasil ainda é o seu principal produtor, demandando pesquisa a partir de seção específica da Embrapa, o segundo maior consumidor mundial e Santos continua sendo o principal porto de exportação do produto.

Através dos novos objetivos, o Museu do Café, ainda que tardiamente, assume-se não só como “monumento”, mas como “patrimônio” no sentido que hoje este tem e que inclui “os modos de criar, fazer e viver”; “as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações demais espaços destinados às manifestações artísticas e culturais (...)”. (*Apud* CASTRIOTA, 2009: p. 12.) . Deixando de ser “palácio” e transformando-se em lugar de mediação no processo de construção das identidades que nascem da memória este “quimérico museu de formas inconstantes, essa pilha de espelhos rotos” (BORGES, *op. cit.*: p. 26.).

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. Elogio da profanação. In: **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 65-79.
- BARBOSA, Gino Caldatto. **O palácio do café**. São Paulo: Editora Magma, 2004.
- BORGES, Jorge Luis. Cambridge. In: **Elogio da sombra**. 2. Ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 25-26.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Primeira parte: Conceitos. In: **Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CEVA, Márcio A. **Partidas dobradas: Crônicas da Bolsa do Café**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.
- PERISSINOTO, Renato Monseff. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: FAPESP; Campinas-SP: UNICAMP, 1999.

